

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Relatório de revisão do auditor independente

Informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Em 30 de setembro de 2023

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Em 30 de setembro de 2023

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individual e consolidado

Demonstrações do resultado abrangente individual e consolidado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados - método indireto

Demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidados - Informação suplementar

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas

Cumprindo disposições legais e estatutárias, a Administração submete aos Acionistas as demonstrações contábeis relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2023, assim como o Relatório dos Auditores Independentes.

1. Breve histórico

Desde dezembro/2019 a Azevedo & Travassos S.A. (“Companhia” ou “ATSA”) vem realizando um bem-sucedido processo de “turn around”, ao longo do qual a companhia conseguiu reestruturar seu passivo tributário, trabalhista e cível, ampliou sua atividade operacional, construiu um backlog sólido focado nos investimentos em infraestrutura financiados pelo setor privado, adquiriu a Heftos Óleo & Gás, dentre outros marcos operacionais muito importantes, que serão tratados em detalhes abaixo. Ao longo do exercício de 2022 e início de 2023 a Companhia preparou e iniciou a execução de seu planejamento estratégico para voltar a operar ativos de produção de petróleo, atividade que ensejou seu IPO na década de 1980 e que foi parte relevante da receita operacional da Companhia até o ano 2000.

Em 22/06/2023, o Conselho de Administração da Azevedo & Travassos S/A aprovou a fundação de uma subsidiária integral denominada “Azevedo & Travassos Petróleo S/A”, devidamente incorporada em 29/08/2023. Também como parte da estratégia de retomada da operação de produção de óleo & gás a Administração submeteu ao Conselho de Administração da Azevedo & Travassos S/A e este aprovou a realização de um aumento de capital na Companhia, de até R\$ 215 milhões, visando reforçar o caixa da Companhia e prepará-la para aproveitar oportunidades de aquisição de ativos de produção de óleo & gás ou de parceria para incremento de produção de campos maduros de produção. Desde o início da implementação do seu plano estratégico a Companhia fez importantes movimentos, desde a contratação de capital humano para a Companhia, até a formalização dos primeiros Memorandos de Entendimentos com empresas do setor de produção de óleo & gás, possíveis alvos dos investimentos pretendidos pela Azevedo & Travassos. A Administração está certa da implementação exitosa de seu plano estratégico e do iminente retorno da Azevedo & Travassos S/A ao mercado de produção de óleo & gás.

2. Heftos Óleo e Gás S/A

A Heftos é uma empresa especializada em prestação de serviços para o setor petrolífero em unidades e plantas existentes, onshore e offshore, o que inclui execução de ampliações, reformas e manutenções de suas instalações (Projetos Brownfield). Por meio de sua base de apoio operacional localizada em Macaé-RJ, a Heftos possui atualmente contratos em andamento para adequação de refinarias e manutenção de plataformas de produção offshore.

A Azevedo & Travassos S.A. concluiu o processo de integração da Heftos desde sua aquisição em dezembro de 2021. Desenvolveu novos processos e políticas corporativas, implantou integralmente o sistema ERP Protheus que permitiu uma efetiva racionalização dos seus custos e uma uniformidade de Gestão, Planejamento e Execução Operacional compatível com as demais subsidiárias do Grupo.

Após a conclusão do processo de integração da Heftos ao ambiente corporativo da Azevedo & Travassos S/A a Heftos retomou o crescimento de seu pipeline, que atualmente é de cerca de R\$ 6 bilhões. Além do crescimento orgânico do seu pipeline, recentemente a Petrobras anunciou o início de seu programa de descomissionamento de plataformas de petróleo, cujo valor de investimento é previsto em cerca de US\$ 9,8 bilhões.

A Heftos tem acompanhado de perto o desenvolvimento dessa oportunidade, internamente, por meio da melhoria de seus controles e estrutura de capital, e externamente, por meio da formalização de parcerias estratégicas com parceiros e fornecedores visando a integração de soluções completas para o descomissionamento dessas e outras plataformas de produção de óleo & gás.

3. Cenário atual

O terceiro trimestre de 2023 manteve a consistência de que o entendimento da Azevedo & Travassos S. A. sobre a retomada do mercado de obras privadas de infraestrutura no país criou inúmeras oportunidades comerciais para suas subsidiárias.

No setor de Óleo e Gás (O&G) as diversas Companhias privadas com ativos no País estão demandando serviços de manutenção e ampliação de instalações de produção e transporte de óleo e gás. Situação similar está ocorrendo no setor de Construção Pesada, onde Companhias estão realizando substanciais investimentos em suas Concessões nas áreas de estradas, mobilidade urbana, aeroportos, saneamento básico e mineração. Assim, A&T-Infraestrutura e Heftos vêm apresentando propostas técnicas e comerciais para diversos empreendimentos atendendo as solicitações das principais empresas que atuam no Brasil nos setores citados.

Com base nesse cenário, a Azevedo & Travassos S. A. tomou a decisão estratégica de se posicionar fortemente para atender a demanda crescente das empresas privadas nos setores acima mencionados, aumentando os investimentos em suas áreas técnicas e comerciais. Nos últimos doze meses temos conseguido ampliar nossos relacionamentos comerciais, aumentar significativamente o número de propostas de orçamento em elaboração ("Pipeline") e converter propostas deste ("Pipeline") em contratos firmes ("Backlogs").

Após a rescisão unilateral dos contratos com a Arteris a Companhia iniciou um processo de arbitragem contra a referida concessionária e espera obter sucesso em sua demanda indenizatória. Além disso, a Companhia reduziu sua exposição ao setor rodoviário e concentrou os seus esforços comerciais na formalização de novos contratos no setor de óleo e gás e dutos, alinhando sua bússola comercial à estratégia global da Azevedo e Travassos S/A, de ampliar sua presença no setor de óleo e gás brasileiro.

Os demais contratos da Companhia seguem performando normalmente.

4. Azevedo e Travassos Petróleo S/A

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 22/06/2023, decidiu incorporar a Azevedo e Travassos Petróleo S/A ("ATP"), subsidiária integral para exploração de óleo e gás no Brasil e no exterior. Reconhecida como a primeira empresa privada a obter sucesso na produção de óleo e gás natural no Brasil, a Azevedo e Travassos S.A. (ATSA), deu início às suas atividades de pesquisa e exploração na década de 1980, por meio de contratos de risco com a Petrobras. Ao longo dos anos, a empresa assinou contratos de blocos exploratórios, investiu em poços pioneiros e descobriu quatro campos terrestres de óleo e gás, conquistando reconhecimento técnico e comercial. Para financiar esse projeto a ATSA realizou seu IPO em 1984.

Desde 1984 até o ano 2000, ano em que ocorreu a venda dos ativos exploratórios, a ATSA produziu com êxito óleo e gás no nordeste do Brasil. Agora, com a incorporação da subsidiária, integral ATP (Azevedo e Travassos Petróleo S.A.), que conta com uma equipe técnica altamente qualificada e um valioso know-how na exploração e produção de óleo e gás, a Azevedo e Travassos S.A. está pronta para aproveitar as novas oportunidades que se apresentam no mercado.

A estratégia da Companhia abrange desde a consolidação de micro e pequenos produtores de campos maduros terrestres até a participação em licitações para produção e exploração de poços maduros onshore da Petrobras. Além disso, a Azevedo e Travassos S.A. está empenhada em explorar concessões em países de língua portuguesa, especialmente em nações africanas, onde acredita-se que existam grandes possibilidades de desenvolvimento no setor de óleo e gás. A Companhia enxerga essas oportunidades como um novo marco em sua história e acredita que sua vasta experiência, aliada aos recursos técnicos e financeiros disponíveis, a posiciona de forma única para se beneficiar desse mercado em expansão.

Desde sua incorporação a Azevedo e Travassos Petróleo S/A iniciou estudos e análises de diversos ativos produtores de óleo & gás, tendo assinado memorandos de entendimento com os controladores dos referidos ativos de produção, visando a aquisição de campos de produção de petróleo, de participação acionária nas empresas controladoras dos referidos campos de produção, ou ainda na formalização de parcerias comerciais buscando o incremento de produção dos poços de petróleo.

Com a conclusão exitosa do aumento de capital proposta pela Administração da Companhia, a ATP estima concluir brevemente as primeiras negociações e seguirá avaliando todas as oportunidades que se apresentarem à Companhia. Com base no atual tamanho e potencial dos ativos avaliados, caso conclua com sucesso as operações em andamento, a ATP deve iniciar sua atividade operacional com uma produção diária que varie entre 200 e 500 bped, prevendo um crescimento orgânico desses ativos para até 1000 bped em até 1 ano após a conclusão exitosa das referidas operações. Além disso, estima-se que o crescimento inorgânico da Companhia, por meio de realização de mais aquisições ou parcerias, deva ser o principal fator de incremento de faturamento da ATP para os próximos 18 meses.

5. Backlog, do Pipeline e Receita Anual

Atualmente estamos com contratos em pleno andamento junto a importantes empresas do setor de saneamento, aeroportos, mineração e óleo e gás. Isto permitiu um aumento de receita do Grupo neste terceiro trimestre de 2023. O pipeline atual é de aproximadamente R\$ 9,0 bilhões, enquanto o backlog no fim do terceiro trimestre de 2023 se encontra na faixa de R\$ 650 milhões.

A grande redução de backlog verificada entre o 2T23 e o 3T23 se justifica em grande parte pela rescisão unilateral dos contratos com a Arteris, além do desenvolvimento regular dos demais contratos da Companhia. Não obstante, a Administração está segura com a maturação próxima de novos projetos em volume suficiente para renovar o backlog atual da Companhia e elevá-lo aos números previstos no início do exercício de 2023 para o fechamento do ano. Em linha com essa estratégia, estipulamos o patamar de análise de projetos da ordem de até R\$200 milhões por contrato para participação isolada das empresas do Grupo e passamos a avaliar oportunidades de obras superiores a R\$ 400 milhões de reais para participação em consórcio. Esta conduta tem o objetivo de mitigar riscos operacionais, mantendo a disciplina no processo de orçamento e o foco no mercado privado, buscando preferencialmente contratos com pouca exposição de capital de giro, que possuam adiantamentos e margens brutas rentáveis.

6. Desempenho Econômico e Financeiro – (30/09/23)

6.1. Receita

A Receita Bruta Consolidada do terceiro trimestre de 2023 atingiu o patamar de R\$ 412.045 mil, representando um aumento de 34,23% em relação ao valor de R\$ 306.980 mil obtido no mesmo período em 2022.

6.2. Resultado

O Resultado Consolidado do terceiro trimestre de 2023 correspondeu a um prejuízo de R\$ 12.907 mil, contra um prejuízo de R\$ 52.324 mil ocorrido no mesmo período em 2022.

6.3. Endividamento

a) Companhia

Em 30/09/23, a Companhia possuía um endividamento bancário de R\$ 7.049 mil com vencimentos diversos (contra R\$ 24.056 mil em 31/12/22)

Adicionalmente, temos um saldo de R\$ 25.602 mil (contra R\$ 38.169 em 31/12/22), referente a contraprestação sobre a aquisição da Heftos relacionada ao atingimento de metas comerciais que, caso venha a ser devida, opagamento ocorrerá em 2026 e 2027.

As despesas financeiras líquidas da Companhia no período de janeiro a setembro de 2023 alcançaram a cifra de R\$ 9.278 mil.

b) Consolidado.

Em 30/09/2023, no Consolidado estão registrados endividamentos bancários no valor de R\$ 40.864 mil.

As despesas financeiras líquidas no Consolidado no período de janeiro a setembro de 2023 alcançaram a cifra de R\$ 26.419 mil.

6.4. Capital Social

Em 30/09/23 o Capital social da Companhia é de R\$ 350.436 mil (R\$ 294.516 mil em 31/12/22)

6.5. Patrimônio Líquido

Em 30/09/23, o Patrimônio Líquido da Companhia totalizava R\$ 140.013 mil (R\$ 97.000 mil em 31/12/22)

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	224.516	(117.545)	106.972	106.972
Aumento de capital social	70.000	-	70.000	70.000
Prejuízo do período	-	(52.324)	(52.324)	(52.324)
Saldo em 30 de setembro de 2022	294.516	(169.869)	124.648	124.648
Saldo em 31 de dezembro de 2022	294.516	(197.517)	97.000	97.000
Aumento de capital social	55.920	-	55.920	55.920
Prejuízo do período	-	(12.907)	(12.907)	(12.907)
Saldo em 30 de setembro de 2023	350.436	(210.424)	140.013	140.013

7. Informação por Segmento

A Companhia definiu a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia os seus negócios.

O Saldo Patrimonial de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e está segregado conforme abaixo:

	Consolidado		
	30/09/2023		
	Infraestrutura	Óleo e Gás	Financeiro
Ativo			
Ativo Circulante	144.088	97.246	3
Outros Ativos Não Circulantes	22.729	62.582	2.690
Investimentos e Propriedade para Investimentos	69.410	-	-
Imobilizado e Intangível	2.665	146.791	-
Total do ativo	238.892	306.619	2.693
Passivo			
Passivo circulante	116.519	130.447	945
Passivo não circulante	45.724	53.541	1.868
Patrimônio Líquido	69.854	146.294	105
Total do passivo	232.097	330.282	2.919
Receita	227.149	143.752	-
Custo	(202.600)	(127.262)	-
Despesas gerais e administrativas	(7.847)	(42.871)	(4)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(3)	753	-
Resultado financeiro	(6.526)	(10.226)	(221)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(3.378)	12.190	-
Lucro / prejuízo líquido do exercício	6.795	(23.663)	(226)

8. Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde e Responsabilidade Social

O Sistema de Gestão Integrada de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde - QSMS é aplicado nas obras, acompanhando rigorosas exigências do mercado e normas nacionais e internacionais de referência. A preocupação com a qualidade é pautada na satisfação do Cliente, na conformidade e na evolução de desempenho da empresa.

No âmbito da Qualidade, a Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda (A&T Infra), subsidiária integral da Companhia, é Certificada na Gestão da Qualidade em conformidade com a Norma ABNT NBR ISO 9001:2015.

No âmbito do Meio Ambiente a A&T Infra é certificada na Gestão Ambiental em conformidade com a Norma ABNT NBR ISO 14001:2015.

No âmbito de Segurança e Saúde no Trabalho a A&T Infra é certificada na Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho de acordo com a ISO 45001:2018.

Seguindo o mesmo princípio de melhoria contínua de seus processos, foi iniciada também na Heftos, a implementação das certificações dos seus Sistemas de Gestão Integrada de Qualidade, Ambiental e de Segurança e Saúde no Trabalho em conformidade com as Normas ISO. Assim, ambas as empresas operacionais do Grupo ATSA deverão concluir seus processos de certificação até o final de 2023 e, com esse investimento, manter e garantir os níveis de excelência na execução dos serviços para atendimento de seus Clientes.

9. Código de Ética e Conduta

O Conselho de Administração aprovou em 15 de dezembro de 2021, a atualização do Código de Ética e Conduta da Azevedo & Travassos, o qual está disponibilizado no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.azevedotravassos.com.br).

De forma a ilustrar a visão da Diretoria Executiva, Conselhos, acionistas, o Grupo Azevedo & Travassos, com mais de 100 anos de existência, se prepara para iniciar um novo ciclo de crescimento, buscando novos caminhos e oportunidades. Porém, mantemos a convicção de que chegamos até aqui graças ao nosso histórico de cumprimento das leis, a manutenção de uma reputação ilibada e ao respeito aos nossos clientes e parceiros.

Nossa reputação e nossos colaboradores são os nossos ativos mais importantes, e essa atualização do Código de Ética e Conduta é uma ferramenta para auxiliar na tomada de decisões e orientar nosso comportamento. Nele constam os princípios e diretrizes que deverão guiar a atuação, não apenas das companhias do grupo, mas também de cada um de seus conselheiros, diretores e colaboradores.

A ética pode ser compreendida como o conjunto de normas e comportamentos que os membros de uma sociedade reconhecem como sendo adequados para garantir o seu funcionamento e a prosperidade de seus integrantes. Trata-se do exame crítico e estruturado de como se deve comportar, especialmente quando essas ações podem afetar terceiros.

Ética é um princípio básico que deve orientar todas as nossas escolhas e ações, orientando na elaboração de propostas, nos relacionamentos internos e nos relacionamentos externos com clientes, comunidades, fornecedores, autoridades e poderes constituídos.

O nosso compromisso com a ética e com nossos valores fundamentais -- Integridade, Comprometimento, Atuação Responsável, Foco no Resultado e Tradição e Evolução – são fundamentais para atingirmos um crescimento responsável e sustentável.

10. Instrução CVM 381/03

Conforme a Instrução CVM 381/03, a empresa BDO RCS Auditores Independentes não efetuou outros serviços para a Companhia, além do exame das demonstrações contábeis.

11. Declaração da Diretoria

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do § 1º do art. 27, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício de 30 de setembro de 2023.

Ivan de Carvalho Junior
Diretor Presidente

Bernardino de A. Pimentel Mendes
Diretor Executivo de Operações

Bernardo Mendonça
Diretor de Relações com Investidores

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Azevedo & Travassos S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Azevedo & Travassos S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais -/ ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e o IAS 34, assim como a apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e o IAS 34, assim como a apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de novembro de 2023.



3TR 1T23

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Balanços patrimoniais

Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	37	373	1.821	11.671
Clientes	7	16	46	152.405	89.681
Estoques	8	-	-	21.105	24.910
Estoque de terrenos	9	-	-	5.615	18.301
Adiantamento a fornecedores	10	57	34	4.094	2.188
Impostos a recuperar	11	8	8	30.033	22.765
Despesas antecipadas		868	659	3.113	3.767
Outras contas a receber	12	387	373	24.525	6.090
		1.373	1.493	242.711	179.373
Ativo não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferida	29	31.063	27.206	82.469	74.945
Outras contas a receber	12	-	12.947	2.279	1.367
		31.063	40.153	84.748	76.312
Investimentos	13	200.084	217.056	-	-
Propriedade para investimentos	14	-	-	69.410	45.000
Imobilizado	15	6.559	7.563	58.794	79.974
Intangível	16	48.690	60.002	145.911	166.179
		255.333	284.621	274.115	291.153
Total do ativo		287.769	326.267	601.574	546.838
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores	18	6.974	5.089	75.551	39.844
Empréstimos e financiamentos	19	2.737	17.267	33.663	33.874
Arrendamento por direito de uso	20	357	180	357	16.967
Salários, provisão para férias e encargos sociais	21	16.007	16.834	66.622	57.296
Obrigações tributárias – REFIS e Transação Tributaria	22.a	762	1.506	762	1.506
Obrigações tributárias – outros impostos	22.b	3.822	3.330	77.981	41.767
Outras contas a pagar	23	3.025	3.403	26.659	36.967
		33.684	47.609	281.595	228.221
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	4.312	6.789	7.201	9.664
Arrendamento por direito de uso	20	1.806	2.054	1.806	6.796
Salários, provisão para férias e encargos sociais	21	9.781	17.516	9.781	17.516
Obrigações tributárias – REFIS e Transação Tributaria	22.a	7.823	40.413	7.823	40.413
Obrigações tributárias – outros impostos	22.b	3.973	9.055	71.045	52.026
Provisão para passivo a descoberto de controladas	13	121	-	-	-
Provisão para obrigações legais	25	4.905	4.905	4.905	4.905
Imposto de renda e contribuição social diferida	29	20.715	20.715	26.822	32.128
Outras contas a pagar	23	60.636	80.211	50.583	58.169
		114.072	181.658	179.966	221.617
Total do passivo		147.756	229.267	461.561	449.838
Patrimônio líquido					
Capital social	24	350.436	294.516	350.436	294.516
Prejuízos acumulados		(210.423)	(197.516)	(210.423)	(197.516)
		140.013	97.000	140.013	97.000
Total do passivo e patrimônio líquido		287.769	326.267	601.574	546.838

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Demonstrações do resultado
Período findos em 30 de setembro de 2023 e 2022.
(Em milhares de Reais, exceto pelo lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		01/01 a 30/09/2023	01/01 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2023	01/01 a 30/09/2022
Receita de venda e serviços prestados, líquida	26	135	123	371.036	263.502
Custos na venda de produtos e serviços prestados	27	-	-	(329.862)	(270.540)
Margem bruta do período		135	123	41.174	(7.038)
Receita (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	27	(22.906)	(29.305)	(76.767)	(56.826)
Amortização do intangível	27	(11.259)	(11.259)	(23.059)	(23.059)
Honorários dos administradores	27	(2.337)	(4.492)	(2.337)	(5.331)
Outras receitas e (despesas) operacionais	27	29.421	(17.224)	45.277	(12.189)
Equivalência patrimonial	13	(17.094)	(17.087)	-	(37)
Prejuízo operacional		(24.040)	(79.244)	(15.712)	(104.480)
Receitas financeiras	28	81	33	1.052	920
Despesas financeiras	28	(9.359)	(4.574)	(27.471)	(11.641)
		(9.278)	(4.541)	(26.419)	(10.721)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(33.318)	(83.785)	(42.131)	(115.201)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	29	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	29	20.411	31.461	29.224	62.877
Prejuízo do período		(12.907)	(52.324)	(12.907)	(52.324)
Atribuído aos acionistas controladores		-	-	(12.907)	(52.324)
Prejuízo por ação - R\$		(0,14)	(0,68)	(0,14)	(0,68)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Período findos em 30 de setembro de 2023 e 2022.
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01 a 30/09/2023	01/01 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2023	01/01 a 30/09/2022
Prejuízo do Período	<u>(12.907)</u>	<u>(52.324)</u>	<u>(12.907)</u>	<u>(52.324)</u>
Total do resultado abrangente do período	<u>(12.907)</u>	<u>(52.324)</u>	<u>(12.907)</u>	<u>(52.324)</u>
Atribuível a				
Acionistas controladores	-	-	(12.907)	(52.324)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 30 de setembro de 2023 e 2022.
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	224.516	(117.545)	106.972	106.972
Aumento de capital social	70.000	-	70.000	70.000
Prejuízo do período	-	(52.324)	(52.324)	(52.324)
Saldo em 30 de setembro de 2022	294.516	(169.869)	124.648	124.648
Saldo em 31 de dezembro de 2022	294.516	(197.517)	97.000	97.000
Aumento de capital social	55.920	-	55.920	55.920
Prejuízo do período	-	(12.907)	(12.907)	(12.907)
Saldo em 30 de setembro de 2023	350.436	(210.424)	140.013	140.013

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Período findos em 30 de setembro de 2023 e 2022.
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01 a 30/09/2023	01/01 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2023	01/01 a 30/09/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(33.318)	(83.785)	(42.131)	(115.201)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período ao caixa proveniente das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	12.270	11.346	27.384	23.011
Efeito líquido da baixa de imobilizado	46	7.953	(3.570)	5.083
Baixa Arrendamento por direito de uso	-	-	(3.895)	-
Resultado de equivalência patrimonial	17.094	17.087	-	37
Empréstimos e financiamentos	(2.477)	7.211	(2.463)	11.520
Provisão para obrigações legais	-	(4.199)	-	(4.199)
Provisão para passivo a descoberto de controladas	(121)	(115)	-	-
Contas a Pagar (UTC)	(12.567)	-	(12.567)	-
Reserva de reavaliação	-	-	-	-
Avaliação valor justo	-	-	(15.091)	(4.749)
Propriedades para Investimentos	-	-	24.410	-
Diferimento de imposto	16.555	-	2.218	(263)
	(2.518)	(44.502)	(25.705)	(84.761)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Cientes	30	(21)	(62.724)	(36.601)
Estoques	-	907	3.805	(5.067)
Estoques de imóveis	-	-	12.686	-
Impostos a recuperar e outros créditos	12.724	(3.177)	(25.961)	(16.479)
Adiantamento a fornecedores	(23)	38	(1.906)	8.294
	12.731	(2.253)	(74.100)	(49.853)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	1.885	(7.531)	35.707	6.294
Arrendamento por direito de uso	(71)	-	(71)	19.213
Salários, provisão férias e encargos sociais	(8.562)	(2.625)	1.591	34.584
Obrigações tributárias - Refis e outros impostos	(37.924)	(4.271)	21.899	-
Outras contas a pagar	(7.267)	(31.324)	(24.880)	(15.073)
	(51.939)	(45.751)	34.246	45.018
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(41.726)	(92.506)	(65.559)	(89.596)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos	(14.530)	21.745	(211)	16.251
Aumento de capital social	55.920	70.000	55.920	70.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	41.390	91.745	55.709	86.251
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(336)	(761)	(9.850)	(3.345)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	373	1.141	11.671	19.339
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	37	380	1.821	15.994
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(336)	(761)	(9.850)	(3.345)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Demonstrações dos valores adicionados
Períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 2022.
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01 a 30/09/2023	01/01 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2023	01/01 a 30/09/2022
1 - RECEITAS				
1 - Vendas de mercadorias, produtos e serviços	145	136	412.045	306.980
	145	136	412.045	306.980
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
2.1 -Custo venda de produtos e serviços.	-	-	(53.391)	(33.070)
2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	29.671	(33.835)	(87.465)	(118.946)
	29.671	(33.835)	(140.856)	(152.016)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	29.816	(33.699)	271.189	154.964
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(12.270)	(11.346)	(27.384)	(23.011)
5 - VALOR ADICIONADO LIQUIDO PRODUZIDO (3 - 4)	17.546	(45.045)	243.805	131.953
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
6.1 - Resultado de equivalência patrimonial	(17.094)	(17.087)	-	(37)
6.2 - Receitas financeiras	81	33	1.051	881
6.3 - Avaliação valor justo / desagio	-	-	15.091	4.749
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	533	(62.099)	259.947	137.546
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
8.1 - Pessoal - salários e encargos	14.489	17.519	222.793	194.525
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	(17.415)	(25.856)	22.155	(3.776)
8.3 - Remuneração de capitais de terceiros	16.366	(1.438)	27.906	(1.068)
8.4 - Prejuízo do período	(12.907)	(52.324)	(12.907)	(52.324)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO	533	(62.099)	259.947	137.357

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

1. Contexto operacional

1.1. Atividades das empresas do Grupo

A Azevedo & Travassos S.A. (“ATSA” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Rua Vicente Antônio de Oliveira, nº 1.050, São Paulo - SP.

As informações contábeis intermediárias da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias, conjuntamente referidas como “Grupo”. A controladora ATSA bem como a sua controlada Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. (“ATINFRA”) têm como atividades principais o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia civil, compra, venda e incorporação de imóveis, bem como participação em outras sociedades.

A HEFTOS Óleo e Gás Construções S.A. (“HEFTOS”) tem como atividades principais a execução de projetos de Construção e Montagem, retrofit de poços de petróleo, Integração (Hook-up), Gestão de Ativos e construção de plataformas, módulos e refinarias, bem como a manutenção On/Offshore e seu descomissionamento.

A Infrainvest Administração e Investimentos Ltda. (“INFRAINVEST”) tem como atividades principais a participação em outras sociedades, investimentos em instrumentos de capital próprio, bem como em valores imobiliários ou direitos conversíveis, permutáveis, ou que confirmam o direito à sua aquisição, o investimento em instrumentos de capital alheio, incluindo empréstimos e créditos, das sociedades em que participe ou em que se proponha participar, aplicação de seus excedentes de tesouraria em instrumentos financeiros, a prática de outras atividades econômicas, conexas das atividades referidas nos itens anteriores.

A Azevedo & Travassos S/A. desde o seu IPO em 1984 até o ano 2000, foi responsável pela produção de petróleo e gás no nordeste do Brasil. Agora, com a criação da subsidiária integral ATP (Azevedo e Travassos Petróleo), que conta com uma equipe técnica altamente qualificada e um valioso know-how na exploração e produção de petróleo, a Azevedo e Travassos está pronta para aproveitar as novas oportunidades que se apresentam no mercado. A estratégia da companhia abrange desde a consolidação de micro e pequenos produtores de campos maduros terrestres até a participação em licitações para exploração de poços maduros onshore da Petrobras.

A Companhia negocia suas ações na B3 (antiga BM&FBOVESPA), sob as siglas AZEV3 (ON) e AZEV4 (PN).

1.2. Relação de entidades controladas e coligadas

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 30 de setembro de 2023 incluem as seguintes empresas: ATSA, ATINFRA, HEFTOS, INFRAINVEST e ATP.

	30/09/2023		31/12/2022	
	%	Controle	%	Controle
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. (ATINFRA)	100,00	Direto	100,00	Direto
Infrainvest ADM e Investimentos Ltda. (INFRAINVEST)	100,00	Direto	100,00	Direto
Heftos Óleo e Gás Construções S.A. (HEFTOS)	100,00	Direto	100,00	Direto
Azevedo & Travassos Petróleo S/A. (ATP)	100,00	Direto	-	-

1.3. Estratégia operacional

(i) Aprimorar os processos de gestão de contratos de prestação de serviços da Companhia, com o objetivo de racionalizar os custos e melhorar os resultados operacionais;

(ii) Intensificar os treinamentos dos Colaboradores da Companhia no Sistema ERP Protheus implantado na filial da Heftos em Macaé, a fim de melhorar a integração dos seus Processos de Gestão Financeira e Operacional;

(iii) Acompanhar os indicadores de qualidade e produtividade implantados nos processos das empresas para melhoria dos controles e dos acompanhamentos do desempenho dos seus contratos de obra e que impactam a Gestão Financeira do Grupo;

(iv) Persistir na racionalização de sua estrutura organizacional, com ênfase na agilidade para tomada de decisões e de implantações de medidas estratégicas por parte da alta Administração, tendo em vista, o crescimento do mercado esperado e as oportunidades dentro do setor de Infraestrutura;

(v) Continuar seu trabalho de alongamento de seus passivos para adequá-los a um perfil de médio e longo prazo para que sejam pagos com recursos oriundos do faturamento de serviços, capitalizações e da desmobilização de ativos;

(vi) Executar as obras da Companhia e de suas subsidiárias que estão contratadas e a serem contratadas dentro das margens orçadas;

(vii) Consolidar o crescimento consistente do seu backlog de obras, com ênfase nas áreas tradicionais de atuação no setor privado;

(viii) Manter a gestão eficaz para cumprimento do PPLE;

Adicionalmente, o Relatório de Administração complementa estas notas explicativas sobre a estratégia operacional do Grupo.

2. Base de apresentação e elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e IFRS)

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 21 - “Demonstrações Intermediárias” e com as normas internacionais IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “*International Accounting Standard Board (IASB)*” e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das informações intermediárias (ITR).

A preparação das informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 5 das demonstrações contábeis anuais individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (doravante denominadas de “Demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022”), divulgadas no site da CVM/B3 em 31 de março de 2023, com exceção das novas normas contábeis em vigor divulgadas na Nota Explicativa nº 5, no qual a Administração não identificou impactos em relação às práticas atuais utilizadas das informações contábeis individuais e consolidadas.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração, realizada em 14 de novembro de 2023.

2.2. Base de consolidação

As informações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis da Azevedo & Travassos S.A. ("ATSA") e de suas controladas, Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. ("ATINFRA"), HEFTOS Óleo e Gás Construções S.A. ("HEFTOS") e Infrainvest ADM e Investimentos LTDA ("INFRAINVEST").

O controle sobre essas empresas é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade para auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo está a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixe de existir.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior, e o exercício social dessas empresas coincide com o da Companhia.

Os saldos de ativos e passivos e as receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre partes relacionadas, são eliminados por completo, quando aplicável. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do exercício e cada componente dos outros resultados abrangentes, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua ("a moeda funcional").

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional do Grupo e, também, a moeda funcional das demais controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e apresentação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Instrumentos financeiros

3.2.1. Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Classificação e mensuração subsequentes

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

3.2.2. Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Estoques de mercadorias e terrenos

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

Os estoques de terrenos são avaliados ao custo de aquisição, ou valor de realização, dos dois o menor.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

3.4. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos das depreciações e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia e suas controladas. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes na venda ou baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

3.5. Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Os ativos intangíveis da Companhia são formados principalmente pelo acervo técnico adquirido com a compra da Heftos.

3.6. Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo incluindo custos de transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas a valor justo.

Para os terrenos, a Companhia fez a avaliação com base no método comparativo direto de mercado.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando não se espera benefícios econômicos futuros ou transferidas quando há intenção de venda.

3.7. Investimentos e base de consolidação

As informações contábeis intermediária consolidadas incluem as informações contábeis da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida;
- Está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto;

- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais;
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

Nas informações contábeis individuais da Companhia as informações contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3.8. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por cada entidade do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

3.9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto sobre a renda diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável, nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados, considerando a apuração por entidade, apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.10. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.11. Ativos, passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- (i)** Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- (ii)** Passivos contingentes são provisionados, quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados;
- (iii)** Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.12. Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes

A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo. A norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia e suas controladas adotam o prazo de 12 meses como ciclo operacional.

Distribuição de dividendos A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

3.14. Reconhecimento da receita

3.14.1 Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A Companhia tem como principal atividade o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia em todos os seus ramos e especialidades, sob regime de empreitada, administração ou outras modalidades praticadas no mercado.

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de execução do contrato.

O estágio de execução do contrato é avaliado pelo método de porcentagem de conclusão (POC) que considera a proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados de cada contrato. Para contratos que não possam ter sua receita avaliada de maneira confiável em relação ao trabalho executado de acordo com esse método, a Companhia e suas controladas levam em consideração medições do trabalho executado com a finalidade de apurar a receita contábil.

Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

3.15. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.16. Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas.

3.17. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

3.18. Lucro básico e diluído por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias no respectivo exercício, considerando, quando aplicável, ajustes de desdobramento ocorridos no exercício ou nos eventos subsequentes na preparação das informações contábeis intermediárias.

4. Estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

4.1. Reconhecimento das receitas

As receitas e as despesas das operações são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, levando em consideração o registro das receitas de serviços prestados, de acordo com o estágio de conclusão do contrato, tendo como base a acumulação dos custos de construção incorridos apurados pelo regime de competência.

4.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota explicativa 25. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados interno e externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

4.3. Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

Quando existe a necessidade, a Companhia revisa a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período de relatório.

4.4. Perda de créditos esperada

A perda de créditos esperada é constituída para levar as contas a receber de clientes ao seu valor de recuperação com base na análise individual dos créditos existentes. A Companhia adota o critério de provisionar a totalidade dos créditos considerados de difícil realização, e reconhecem imediatamente como perda no resultado aqueles considerados como incobráveis.

4.5. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, taxa de juros, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4.6. Impostos

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. O Grupo está sujeito, no curso normal dos nossos negócios, a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias tributária e trabalhista. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Companhia, esta pode ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado.

5. Novos pronunciamentos técnicos adotados

Para as seguintes normas ou alterações a Administração não identificou impactos significativos nas informações contábeis intermediárias da Companhia, a saber:

- a) Alteração na norma IAS 8/CPC 23 – altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como “valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração”, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- b) Alteração na Norma IAS 12/CPC 32 – traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023;
- c) Alteração na Norma IFRS 17/CPC 50 – inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023;
- d) Alteração na Norma IFRS 16/CPC 06 – trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- e) Alteração na Norma IAS 1/CPC 26:
 - a. Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devem ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida.

A Companhia não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Caixa	-	23	57	108
Banco conta movimento	21	349	108	3.855
Aplicações financeiras	16	1	1.656	7.708
	37	373	1.821	11.671

O saldo de caixa e bancos compreendem os depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato e os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações do Grupo. As aplicações financeiras são formadas por CDBs e Trust DI. São classificadas pela Administração da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", que representam dinheiro em caixa, depósitos imediatamente resgatáveis e de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a insignificante risco de alteração de valor.

7. Clientes

A rubrica é representada por clientes nacionais, sendo locações e serviços de construção faturados e a faturar pela Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Contas a receber faturado	16	46	14.505	32.389
Contas a receber a faturar	-	-	137.900	57.292
	16	46	152.405	89.681

Para o período findo em 30 de setembro de 2023, a Administração da Companhia, após análise dos créditos em aberto, entendeu que não há necessidade de constituição de perda de crédito esperada (PCE).

A composição consolidada dos clientes a receber está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
A vencer	16	16	145.223	75.490
Vencidas				
1 a 60 dias	-	-	5.100	12.873
61 a 180 dias	-	-	1.005	411
Acima de 180 dias	-	30	1.077	907
Total contas a receber	16	46	152.405	89.681
Saldo de clientes líquido	16	46	152.405	89.681

8. Estoques

	Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022
Material de construção e peças de manutenção	14.499	10.407
Material de revenda	6.606	14.503
	21.105	24.910

9. Estoques de terrenos

Os terrenos adquiridos para comercialização são inicialmente reconhecidos pelos custos de aquisição (custo histórico) e posteriormente mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

	Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda	5.615	18.301
	5.615	18.301
Circulante	5.615	18.301
Não circulante	-	-

Tais terrenos estão dados em garantia, conforme mencionado na Nota 25. A seguir estão demonstrados os detalhes e metragens dos terrenos:

	M ²	Consolidado	
		30/09/2023	31/12/2022
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda			
Lote Elísio	22.999	-	9.835
Lote 3	5.465	3.165	3.165
Lote 4	4.343	-	2.851
Lote 5	1.348	1.139	1.139
Lote 6	1.536	1.311	1.311
Total	35.691	5.615	18.301

Em 30 de junho de 2023, a Companhia transferiu os Lote Elísio e Lote 4 para propriedade para investimentos.

A classificação dos terrenos para propriedade para investimentos reflete a intenção da Administração de manutenção desses ativos para valorização do capital a longo prazo.

Em caso de venda de algum dos terrenos a Administração avaliará outras garantias aceitas em processos semelhantes.

10. Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	57	24	3.243	1.233
Outros adiantamentos	-	10	851	955
	<u>57</u>	<u>34</u>	<u>4.094</u>	<u>2.188</u>

11. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
IRRF	1	1	14.579	9.920
CSLL	-	-	5.049	3.241
ICMS	-	-	70	611
INSS	-	-	1.272	990
PIS	-	-	1.518	1.405
COFINS	-	-	6.929	6.407
Outros impostos a recuperar	7	7	616	191
	<u>8</u>	<u>8</u>	<u>30.033</u>	<u>22.765</u>

12. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Partes relacionadas (Nota 17)	-	11.733	254	848
Depósito judicial	-	1.214	2.279	1.367
Conta Corrente - Consorcio	-	-	16.340	2.487
Outras contas a receber(i)	387	373	7.931	2.755
	<u>387</u>	<u>13.320</u>	<u>26.804</u>	<u>7.457</u>
Circulante	387	373	24.525	6.090
Não circulante	-	12.947	2.279	1.367

(i) Refere-se principalmente a valores de retenção contratual da AENA e Arteris.

13. Investimentos

Os investimentos permanentes estão enquadrados como controladas com influência significativa e, portanto, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(a) Composição dos investimentos

	Controladora	
	30/09/2023	31/12/2022
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.	77.452	70.657
Heftos Óleo e Gás Construções S.A. (HEFTOS)	122.631	146.295
Infrainvest Administração e Investimentos Lt	(121)	104
Total investimento	199.962	217.056

(b) Contexto operacional das empresas investidas**Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.**

A Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. ("ATINFRA"), sociedade empresarial do tipo limitada, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Av. Das Nações Unidas, 12901, 21 andar – Torre Norte – Brooklin Paulista, e cujo objeto social é o de (i) planejamento execução de projetos, obras, serviços de construção civil, engenharia civil mecânica, sob origem de empreitada administração ou outros admitidos; (ii) instalações técnicas de engenharia civil, montagens industriais consultoria, planejamento assessoria estudos técnicos nas especialidades de engenharia civil mecânica; (iii) compra, venda, incorporação de imóveis; (iv) prática de outras atividades econômicas, conexas ou decorrentes das atividades referidas nas alíneas anteriores, inclusive as de locação compra venda de equipamentos, importação e exportação; e (v) participação em outras sociedades como sócia cotista ou acionista. O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. é composto, em 30 de setembro de 2023 e de 66.950.153 cotas.

HEFTOS Óleo e Gás Construções S.A.

HEFTOS Óleo e Gás Construções S.A. (“HEFTOS”) sociedade empresarial do tipo anônima com capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Avenida das Nações Unidas, 12901, 21 andar – conj 2102 - Torre Norte – Brooklin Paulista e cujo objeto social é a execução de projetos de engenharia industrial em geral e a construção civil, fabricação de artefatos de cimento, fibra de cimento, ferro e aço, inclusive com a aquisição e aplicação de materiais de construção e equipamentos, a montagem, reconstrução e manutenção de instalações industriais e realização de pesquisa de desenvolvimento de tecnologia adequada às companhias industriais e exploração de normas e processos de fabricação industrial, a realização de estudos técnicos e econômicos sobre a instalação de empreendimentos industriais, a operação de unidades industriais mediante a exploração própria ou contratos com terceiros e representação de processos industriais, nas áreas de construção de plataformas, módulos e refinarias, bem como a manutenção On/Offshore, seu descomissionamento e Hook-up.

O capital social, subscrito e integralizado da HEFTOS Óleo e Gás Construções S.A. é composto, em 30 de setembro de 2023, de 214.048.897 cotas.

Infrainvest Administração e Investimentos Ltda.

Infrainvest Administração e Investimentos Ltda. (“INFRAINVEST”), sociedade empresarial do tipo limitada com capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Avenida das Nações Unidas, 12901, 21 andar – conj 2102 – Sala 01 -Torre Norte – Brooklin Paulista, e cujo objeto social é a participação em outras sociedades, investimentos em instrumentos de capital próprio, bem como em valores imobiliários ou direitos conversíveis, permutáveis, ou que confirmam o direito à sua aquisição, o investimentos em instrumentos de capital alheio, incluindo empréstimos e créditos, da sociedades em que participe ou em que se proponha participar, aplicação de seus excedentes de tesouraria em instrumentos financeiros, a pratica de outras atividades econômicas, conexas das atividades referidas nos itens anteriores.

O capital social, subscrito e integralizado da Infrainvest administração e investimentos Ltda. é composto, em 30 de setembro de 2023, de 100.000 cotas.

(c) Movimentação das investidas

	Controladora			TOTAL
	ATINFRA	HEFTOS	INFRAINVEST	
Saldo final em 31/12/2021	66.679	172.360	98	239.137
Resultado de equivalência patrimonial	3.979	(26.066)	6	(22.082)
Saldo final em 31/12/2022	70.657	146.295	104	217.056
Resultado de equivalência patrimonial	6.795	(23.663)	(225)	(17.093)
Saldo final em 30/09/2023	77.452	122.631	(121)	199.962

(d) Informações sobre as empresas investidas:

	ATINFRA		HEFTOS		INFRAINVEST	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Participação	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ativo	238.892	174.612	306.619	304.660	2.693	3.120
Passivo	161.440	103.954	183.988	158.365	2.815	3.016
Patrimônio líquido	70.657	66.679	146.294	172.360	104	98
Lucro líquido (Prejuízo) do período	6.795	3.979	(23.663)	(26.066)	(225)	6

14. Propriedades para investimentos

Terrenos

A propriedade para investimento é mensurada pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial e deve ser continuamente mensurada pelo valor justo.

O registro das propriedades para investimento ocorreu pela transferência dos terrenos da Controladora na integralização de capital feita em 30 de setembro de 2021 a valor de mercado de R\$ 40.251.

Em 30 de junho de 2023, a Companhia transferiu os terrenos lote Elíseos e lote 4 registrados em estoque de terrenos para propriedades para investimentos no valor de R\$ 12.686.

Movimentação

Em 30 de junho de 2023, a Companhia realizou a avaliação das propriedades para investimentos, através de laudo de avaliação, utilizando o método comparativo de preços para atualização dos ativos a valor de mercado.

	CONSOLIDADO
Saldo final em 31/12/2021	40.251
Ajuste a valor justo	4.749
Saldo final em 31/12/2022	45.000
Ajuste a valor justo	11.724
Transferência	12.686
Saldo final em 30/09/2023	69.410

Relação dos imóveis

Item	Descrição	30/09/2023	Ajuste AVJ	Transferencia	31/12/2022
1	<p>LOTE 1 Endereço: Rua Bueno da Ribeira e Rua Bernardo Rolim de Moura, lote 1, parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do Ó Area: 55.568,39m2 Cidade: São Paulo</p>	28.000	(960)	-	28.960
2	<p>LOTE 7 Endereço: Rua Hortolândia, lote 7, parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do Ó Area: 18.144,65m2 Cidade: São Paulo</p>	9.800	1.000	-	8.800
3	<p>LOTE 8 A Endereço: Rua Hortolândia, designado na área A (parte do lote 8), parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do Ó Area: 6.697,14m² Cidade: São Paulo</p>	6.000	2.623	-	3.330
4	<p>LOTE 8 B Endereço: Rua Hortolândia, Área B (parte do lote 8), parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do Ó Area: 2.441,36m² Cidade: São Paulo</p>	2.400	1.192	-	1.180
5	<p>LOTE 8 C Endereço: Rua Hortolândia, Área C (parte do lote 8), parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do Ó Area: 5.629,50m2 Cidade: São Paulo</p>	5.400	2.745	-	2.730
6	<p>LOTE ELISEOS Terreno situado na Av. Elísio Teixeira Leite, antiga Estrada que vem da Parada, também conhecida como Estrada da Rodagem Municipal que vai pra Taipas, ou Estrada que vai pro Morro Grande ou Estrada do Morro Grande, no 31º Subdistrito - Pirituba e no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do Ó. Area: 22.999,08 m² Cidade: São Paulo</p>	13.460	3.625	9.835	-
7	<p>LOTE 4 Terreno situado na Rua Hortolândia, lote 4, parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do Ó. Area: 4.343,33 m² Cidade: São Paulo</p>	4.350	1.499	2.851	-
TOTAL		69.410	11.724	12.686	45.000

O lote Elísio está arrolado como garantia em Parcelamentos Tributários.

15. Imobilizado

Os saldos e movimentações ocorridas no período findo em 30 de setembro de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstrados a seguir:

Descrição	Controladora									
	Imobilização em andamento	Máquinas e equipamentos	Máquinas e equipamentos Pesados	Veículos	Ferramentas	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Benfeitorias em Prop. Terceiros	Direitos de uso arrendamentos	Total
Custo:										
Saldo em 31/12/2021	32	229	4.663	500	1.994	40	216	-	-	7.674
Adições	-	5	-	-	-	76	12	243	2.241	2.577
Transferência	-	2.085	(435)	-	-	308	-	-	-	1.958
Baixa	(32)	-	(1.000)	-	(1.994)	-	36	-	-	(2.990)
Saldo em 31/12/2022	-	2.319	3.228	500	-	424	264	243	2.241	9.219
Saldo em 30/09/2023	-	2.319	3.228	500	-	424	264	243	2.241	9.219
Depreciação acumulada:										
Percentual de depreciação / ano	4%	10%	10%	10%	10%	10%	10%			
Saldo em 31/12/2021	-	(212)	-	-	-	(27)	(34)	-	-	(273)
Despesa de depreciação no período	-	(318)	(381)	(125)	-	(40)	(30)	(40)	(523)	(1.457)
Baixa	-	-	74	-	-	-	-	-	-	74
Saldo em 31/12/2022	-	(530)	(307)	(125)	-	(67)	(64)	(40)	(523)	(1.656)
Saldo em 31/12/2022	-	(530)	(307)	(125)	-	(67)	(64)	(40)	(523)	(1.656)
Despesa de depreciação no período	-	(237)	(242)	(94)	-	(31)	(23)	(41)	(336)	(1.004)
Saldo em 30/09/2023	-	(767)	(549)	(219)	-	(98)	(87)	(81)	(859)	(2.660)
Imobilizado líquido em 31/12/2022	-	1.789	2.921	375	-	357	200	203	1.718	7.563
Imobilizado líquido em 30/09/2023	-	1.552	2.679	281	-	326	177	162	1.382	6.559

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Descrição										Consolidado	
	Imobilização em andamento	Máquinas e equipamentos	Máquinas e equipamentos Pesados	Veículos	Ferramentas	Móveis e utensílios	Terrenos	Equipamentos de informática	Benfeitorias em Prop. Terceiros	Direitos de uso arrendamentos	Total
Custo:											
Saldo em 31/12/2021	32	19.618	4.663	513	1.994	66	34.090	748	-	-	61.724
Adições	-	2.310	4	-	-	603	-	1.342	243	23.618	28.120
Transferências	-	2.084	(435)	-	(1.994)	309	-	36	-	-	-
Baixas	(32)	-	(1.000)	-	-	-	-	-	-	-	(1.032)
Saldo em 31/12/2022	-	24.012	3.232	513	-	978	34.090	2.126	243	23.618	88.812
Adições	-	680	-	-	1	161	-	166	-	-	1.008
Baixas	-	-	(5)	-	-	(320)	-	(36)	-	(21.377)	(21.738)
Saldo em 30/09/2023	-	24.692	3.227	513	1	819	34.090	2.256	243	2.241	68.082
Depreciação acumulada:											
Percentual de depreciação / ano	4%	10%	10%	10%	10%	10%		10%			
Saldo em 31/12/2021	-	(1.045)	-	(5)	-	(28)	-	(61)	-	-	(1.139)
Despesa de depreciação no período	-	(3.265)	(381)	(128)	-	(147)	-	(354)	(41)	(3.457)	(7.773)
Baixas	-	-	74	-	-	-	-	-	-	-	74
Saldo em 31/12/2022	-	(4.310)	(307)	(133)	-	(175)	-	(415)	(41)	(3.457)	(8.838)
Despesa de depreciação no período	-	(2.271)	(244)	(96)	-	(147)	-	(444)	(41)	(422)	(3.665)
Baixas	-	-	-	-	-	192	-	2	-	3.021	3.215
Saldo em 30/09/2023	-	(6.581)	(551)	(229)	-	(130)	-	(857)	(82)	(858)	(9.288)
Imobilizado líquido em 31/12/2022	-	19.702	2.925	380	-	803	34.090	1.711	202	20.161	79.974
Imobilizado líquido em 30/09/2023	-	18.111	2.676	284	1	689	34.090	1.399	161	1.383	58.794

16. Intangível

Descrição	Softwares	Acervo técnico	Licenças	Backlog	Marcas	Projetos em andamento	Total
Custo:							
Saldo em 31/12/2021	11	-	-	38.625	36.321	6.740	81.697
Baixa	-	-	-	-	-	(6.690)	(6.690)
Saldo em 31/12/2022	21	-	-	38.625	36.321	50	75.017
Baixa	-	-	-	-	-	(50)	(50)
Saldo em 30/09/2023	21	-	-	38.625	36.321	-	74.967
Amortização acumulada:							
Percentual de Amortização/ano	20%	10%	10%	33,33%	5,88%	20%	-
Saldo em 31/12/2021	-	-	-	-	-	-	-
Despesa de amortização no período	(4)	-	-	(12.875)	(2.136)	-	(15.015)
Saldo em 31/12/2022	(4)	-	-	(12.875)	(2.136)	-	(15.015)
Despesa de amortização no período	(3)	-	-	(9.656)	(1.603)	-	(11.262)
Saldo em 30/09/2023	(7)	-	-	(22.531)	(3.739)	-	(26.277)
Saldo Líquido em 31/12/2022	17	-	-	25.750	34.185	50	60.002
Saldo Líquido em 30/09/2023	14	-	-	16.094	32.582	-	48.690

Descrição	Softwares	Acervo técnico	Licenças	Backlog	Marcas	Projetos em andamento	Total
Consolidado							
Custo:							
Saldo em 31/12/2021	11	117.775	22	38.625	36.321	6.748	199.502
Adições	246	-	41	-	-	340	627
Baixa	-	-	-	-	-	(7.038)	(7.038)
Saldo em 31/12/2022	257	117.775	63	38.625	36.321	50	193.091
Adições	-	6.919	-	-	-	-	6.919
Baixa	(219)	-	-	-	-	(50)	(269)
Saldo em 30/09/2023	38	124.694	63	38.625	36.321	-	199.741
Amortização acumulada:							
Percentual de Amortização/ano	20%	10%	10%	33,33%	5,88%	20%	-
Saldo em 31/12/2021	-	-	-	-	-	-	-
Despesa de amortização no período	(115)	(11.776)	(10)	(12.875)	(2.136)	-	(26.912)
Baixa	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	(115)	(11.776)	(10)	(12.875)	(2.136)	-	(26.912)
Despesa de amortização no período	(10)	(15.754)	(9)	(9.656)	(1.603)	-	(27.032)
Baixa	114	-	-	-	-	-	114
Saldo em 30/09/2023	(11)	(27.530)	(19)	(22.531)	(3.739)	-	(53.830)
Saldo Líquido em 31/12/2022	142	105.999	53	25.750	34.185	50	166.179
Saldo Líquido em 30/09/2023	27	97.164	44	16.094	32.582	-	145.911

17. Transações com partes relacionadas

Trata-se substancialmente de empréstimos e adiantamentos financeiros mantidos entre a Controladora e suas subsidiárias para liquidação de passivos e manutenção do caixa administrativo ou transações com acionistas.

As transações com partes relacionadas, respeitando as condições de mercado, estão divulgadas a seguir:

(a) Transações entre partes relacionadas reconhecidas no ativo e no passivo

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	00/01/1900	30/09/2023	00/01/1900
Outras contas a receber com empresas do Grupo				
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.(Nota 12)	-	-	254	848
Heftos Óleo e Gás Construções S.A.(Nota 12)	-	11.733	-	-
	-	11.733	254	848
Mútuos financeiros passivos com acionistas e com empresas do Grupo				
Infrainvest Administração e Investimentos Ltda.(Nota 23)	(2.690)	(3.112)	-	-
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.(Nota 23)	(21.442)	(38.931)	-	-
Heftos Óleo e Gás Construções S.A.(Nota 23)	(3.184)	-	-	-
Acionistas controladores	(2.931)	-	(2.931)	-
Acionistas não controladores	(4.787)	-	(4.786)	-
	(35.034)	(42.043)	(7.717)	-
Ativo (Passivo) com partes relacionadas, líquido.	(35.034)	(30.310)	(7.463)	848

(b) Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado

Com base nas transações existentes não existiram impactos no resultado do período do 3º trimestre de 2023 e no resultado do ano de 2022, bem como não se espera perdas com relação aos saldos em aberto.

(c) Remuneração da Administração

Em 30 de setembro de 2023, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, o que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, reconhecidas no resultado do período, totalizam R\$ 2.337 mil nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, respectivamente (R\$ 4.492 e R\$ 5.331 em 30 de setembro de 2022).

18. Fornecedores

Em 30 de setembro de 2023, a Companhia possui na rubrica de fornecedores o montante de R\$ 6.974 e R\$ 75.551 nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, respectivamente (R\$ 5.089 e R\$ 39.844 em 31 de dezembro de 2022).

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Materiais	1.659	1.712	13.605	12.773
Serviços	5.315	3.377	61.946	27.071
	6.974	5.089	75.551	39.844

O saldo de fornecedores é composto por fornecedores nacionais, principalmente, de materiais de consumo e locações para utilização nas execuções das obras.

A Companhia está gerenciando seu passivo para com fornecedores, tomando todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis, sempre em consideração dos interesses da Companhia e de seus acionistas e o cronograma de amortização da dívida está descrito abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
A vencer	937	901	19.813	22.274
Vencidos				
Vencidos de 1 a 180 dias	1.773	371	34.798	10.906
Vencidos de 181 a 365 dias	391	210	11.617	2.843
Vencidos de 1 a 2 anos	273	83	5.666	253
Vencidos de 2 a 3 anos	76	31	91	75
Acima 3 anos	3.524	3.493	3.566	3.493
Total dos fornecedores a pagar	6.974	5.089	75.551	39.844

19. Empréstimos e financiamentos

Moeda nacional	Encargos	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Cédula Crédito Bancário - OP 012936697	16,0755% a.a	30/06/22 a 25/06/27	4.710	5.684	4.710	5.684
Cédula Crédito Bancário - OP 015138253	16,0755% a.a	31/08/22 a 31/08/27	2.240	2.947	2.240	2.947
Cédula Crédito Bancário - OP 014245097	34,4889% a.a	09/08/22 a 09/08/23	-	15.425	-	15.425
Conta Garantia - Ch especial	32,61% a.a	30/09/23 a 31/10/23	99	-	99	-
Cédula Crédito Garantia - OP 0516557683	26,6800% a.a	27/09/23 a 27/06/26	-	-	2.813	-
Cédula Crédito Garantia - OP 7648/0041808/0	30,604% a.a	04/07/23 a 31/07/23	-	-	-	3.015
Cédula Crédito Garantia - OP 024339214	10,000% a.a	06/06/23 a 02/10/23	-	-	10.467	-
Cédula Crédito Antecipação de Recebíveis C6 (i)	30,604% a.a	01/07/23 a 30/11/23	-	-	1.222	-
Cédula Crédito Bancário - OP 263428791	15,3800% a.a	25/07/23 a 25/07/24	-	-	13.092	-
Cédula Crédito Bancário - OP 0036.863	8,8607% a.a	27/12/22 a 26/03/24	-	-	2.875	14.411
Cédula Crédito Bancário - OP 0037187	9,3807% a.a	22/08/23 a 23/11/23	-	-	1.677	-
Conta Garantia - Ch especial	18.86% a.a	21/09/23 a 01/10/26	-	-	1.669	2.056
Total			7.049	24.056	40.864	43.538
Circulante			2.737	17.267	33.663	33.874
Não circulante			4.312	6.789	7.201	9.664

Vencimento das parcelas	Controladora		Vencimento das parcelas	Consolidado	
	Valor Total	%		Valor Total	%
2024	1.421	32,95%	2024	1.931	26,81%
2025	1.895	43,94%	2025	3.448	47,88%
2026 em Diante	997	23,11%	2026 em Diante	1.822	25,30%
	4.312	100,00%		7.201	100,00%

(i) A Companhia, mediante estratégia de gerenciamento de caixa, antecipou o recebimento dos valores a vencer junto a administradora financeira, sem qualquer direito de regresso ou obrigação relacionada e realização de baixa do saldo de contas a receber.

As operações de crédito bancário não possuem nenhum tipo de covenant financeiro. Adicionalmente, as linhas bancárias têm por objetivo financiar o capital de giro da Companhia.

20. Arrendamento por Direito de Uso

Refere-se aos compromissos assumidos em contratos de locação de equipamentos e instalações administrativas da Companhia.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.234	23.763
(+) Ajuste a valor presente	345	3.086
(-) Baixas	-	(21.529)
(-) Pagamentos	(416)	(3.157)
Saldo em 30 de setembro de 2023	2.163	2.163
Circulante	357	357
Não circulante	1.806	1.806

O ajuste a valor presente relacionado aos contratos de arrendamento por direito de uso é calculado individualmente por contrato e aplicado durante sua vigência, considerando o prazo de vencimento. Os aluguéis variáveis, de contratos de curto prazo ou de baixo valor são registrados no resultado do exercício.

A baixa do arrendamento se deu devido à rescisão do contrato de locação de máquinas e equipamentos, com a Camargo Correa Infra Construções S.A

21. Salários, provisões para férias e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Salários e quitações a pagar	1.713	791	9.887	12.437
Provisão para férias e 13 salário	1.289	844	23.137	22.519
Encargos sociais	1.501	525	22.094	7.668
Acordos trabalhistas (i)	21.285	32.190	21.285	32.188
	25.788	34.350	76.403	74.812
Circulante	16.007	16.834	66.622	57.296
Não circulante	9.781	17.516	9.781	17.516

(i) Acordos trabalhistas homologados no PPLE, com pagamentos parcelados (Nota nº 34.1);

22. Obrigações tributárias – REFIS e outros impostos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Obrigações tributárias – REFIS Lei 9.964/2000		41.919		41.919
Parcelamento PGFN - INSS e Demais Débitos	-	6.108		6.108
Parcelamento PGFN - Transação Tributária	8.584	-	8.584	-
	8.584	48.027	8.584	48.027
Circulante	762	2.933	762	2.933
Não circulante	7.823	45.094	7.823	45.094

a. REFIS Federal – Lei nº 9.964/2000

A Companhia optou pela inclusão de seus débitos fiscais consolidados no Programa de Recuperação Fiscal (“REFIS”), instituído pela Lei nº 9.964/2000 que prevê a liquidação do débito parcelado à razão de 1,2% da receita bruta mensal apurada pelo contribuinte devedor.

A partir de junho de 2014, a Companhia, atendendo notificação da Receita Federal, adequou as parcelas da dívida, de tal modo que o prazo para quitação do débito não ultrapassasse 50 anos desde sua adesão ao programa. Deste modo, o prazo máximo ficou estabelecido para 28 de fevereiro de 2050.

Em 09/09/2022, a Companhia apresentou junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), proposta de transação individual, incluindo os saldos de REFIS e saldos das transações excepcionais previdenciários e demais débitos, requerendo a redução de 65% dos valores dos juros, multas e encargos legais, bem como seja admitida a liquidação de até 70% do saldo remanescente com a utilização de crédito de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL, e para pagamento dos demais débitos em até 120 parcelas e os débitos previdenciários em 60 parcelas.

Em 09/06/2023, foi deferida a proposta de transação individual, sendo conferidos na integralidade os benefícios de redução de 65% dos valores dos juros, multas e encargos legais, bem como a quitação de 70% do saldo remanescente da dívida com crédito de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL, conforme demonstrados abaixo:

	Controladora
	Valor Total
Obrigações tributárias – REFIS Lei 9.964/2000	45.530
Parcelamento PGFN - INSS e Demais Débitos	6.033
Total	51.563
Redução 65% Multa, Juros e Encargos (i)	(26.315)
Utilização de Crédito Fiscal (ii)	(16.555)
Parcelamento PGFN - Transação Tributária	8.692

(i) Ganho na Transação Tributária referente aos descontos de multa, juros e encargos foi registrada em outras receitas operacionais (Nota 27).

(ii) Foi utilizado saldo de ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL de anos anteriores.

O parcelamento decorrente da transação tributária é composto por débitos previdenciários no valor de R\$ 4.923 mil e demais débitos no valor de R\$ 3.769 mil, que serão atualizados com base na taxa Selic e pagos em 60 e 120 parcelas, respectivamente.

Em 30 de setembro de 2023, o saldo atualizado e remanescente do parcelamento totaliza o montante de R8.584.

No âmbito da transação tributária a Companhia ofereceu garantia real (terreno) para assegurar a execução do novo parcelamento (Nota 14).

b. Outros impostos

Abaixo segue quadro comparativo dos demais tributos em aberto da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Outros impostos				
ICMS a recolher	-	-	2.309	272
ISS a recolher	8	1	8.230	2.935
INSS	35	4	8.274	1.266
Impostos retidos na fonte	2.006	963	20.740	9.909
PIS e COFINS a recolher	22	10	4.164	1.996
Tributos s/receitas diferidas	-	-	11.017	5.655
IRPJ e CSLL a recolher	350	350	350	350
Parcelamento PGFN - INSS e Demais Débitos	-	-	87.647	54.467
PPI (Prog. Parc. Incent. PMSP)	4.612	4.947	4.612	4.947
Outros e parcelamentos	762	2	1.683	5.888
	7.795	6.277	149.026	87.685
Circulante	3.822	1.903	77.981	40.340
Não circulante	3.973	4.374	71.045	47.345

23.Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Seguros a pagar	88	-	282	618
Partes relacionadas (i)	35.034	42.043	7.717	-
UTC Engenharia S/A (iii)	25.602	38.169	25.602	38.169
Acordos judiciais (ii)	2.647	3.106	3.576	3.108
Adiantamento de clientes (iv)	-	-	23.914	43.233
Outras	290	296	356	10.008
	63.661	83.614	77.242	95.136
Circulante	3.025	3.403	26.659	36.967
Não circulante	60.636	80.211	50.583	58.169

- (i) Valor referente a mútuos financeiros com empresas investidas e acionistas não controladores (Nota nº 17)
- (ii) Acordos judiciais referentes a fornecedores;
- (iii) Valor referente a saldo a pagar na aquisição da Heftos.
- (iv) Refere-se a adiantamentos de clientes recebido principalmente pela ATlinfra

24. Patrimônio líquido

Capital social

Em 30 de setembro de 2023, o capital social da Companhia encontra-se subscrito e integralizado no montante de R\$ 350.435.861,90, divididos em 31.860.373 ações ordinárias e 61.282.097 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 93.142.470 ações. Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Companhia encontra-se subscrito e integralizado no montante R\$ 294.515.637,15, divididos em 26.539.706 ações ordinárias e 50.640.763 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 77.180.469 ações.

Dividendos

Não houve distribuição de dividendos para o período findo em 30 de setembro de 2023 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Para todas as classes de ações está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação societária.

Reserva legal

Deverá ser constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Prejuízos acumulados

Em 30 de setembro de 2023, a Companhia apresentou prejuízo no valor de R\$ 12.907 mil, o qual foi destinado à conta de Prejuízos Acumulados. Desse modo, a conta de Prejuízos Acumulados, que em 31 de dezembro de 2022 apresentava o valor de R\$ 197.516 mil, passou a apresentar o valor de R\$ 210.423 mil em 30 de setembro de 2023.

25. Provisão para contingências – Ações trabalhistas, fiscais e cíveis

A Companhia é parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento na esfera judicial, e processos tributários em andamento nas esferas judicial e administrativa. As provisões relativas a esses processos são classificadas quanto à probabilidade de perda provável e possível.

Em 31 de dezembro de 2022 está provisionado na Controladora o montante de R\$ 4.905, baseada na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Causas Trabalhistas	1.809	1.809	1.809	1.809
Causas tributárias	323	323	323	323
Causas Cíveis	2.773	2.773	2.773	2.773
	4.905	4.905	4.905	4.905

A Companhia possui ações de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificada pela Administração e seus advogados como remota. O valor considerado nessa classificação corresponde à somatória dos valores atribuídos às causas pelos demandantes.

O valor das contingências classificadas como possível pelos advogados conforme a prática jurídica encontra-se discriminado abaixo para o exercício de 2022 e para o período do 3º trimestre de 2023:

	30/09/2023	31/12/2022
Trabalhista	1.809	1.809
Tributárias	6.916	6.916
Cível	31.116	31.116

Os processos trabalhistas em que o Grupo é parte são promovidos por ex-colaboradores e terceiros, cujos pedidos se constituem em pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas extras, indenizações, demais consectários trabalhistas e verbas decorrentes de responsabilidade subsidiária.

A provisão destes leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas nos últimos exercícios.

O saldo provisão deu em razão da inclusão da contingência possível oriunda de processo movido pelo Banco do Brasil S/A, que é objeto de embargos com decisão parcialmente favorável à Companhia e que tem sua exigibilidade suspensa em razão da garantia integral do juízo, feita pela Companhia no exercício de 2022. O referido processo é garantido por terrenos do grupo (Os terrenos que estão dados em garantia são os Lotes 3, 5, e 6,).

O Grupo possui processos de natureza cível, que se referem principalmente a questões indenizatórias, regressivas e discussões de cláusulas e cumprimento de contratos. A provisão desse risco leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas.

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos em suas informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2023.

26. Receita líquida de vendas e serviços

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
Receita bruta				
Receita bruta de produtos e serviços	145	136	412.045	306.980
	<u>145</u>	<u>136</u>	<u>412.045</u>	<u>306.980</u>
Deduções				
Impostos sobre as receitas	(10)	(13)	(41.009)	(43.478)
	<u>(10)</u>	<u>(13)</u>	<u>(41.009)</u>	<u>(43.478)</u>
Receita líquida	<u>135</u>	<u>123</u>	<u>371.036</u>	<u>263.502</u>

O aumento da receita líquida em 30 de setembro de 2023 se dá pela Receita auferida pela controlada Infra no montante de (R\$ 227.149), sendo que o restante da Receita é proveniente da controlada Heftos no montante de (R\$ 143.752), e da controladora ATSA no montante de (R\$ 135), totalizando assim o montante de (R\$ 371.036).

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
 Períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de Reais)

27. Gastos por natureza

	Controladora									
	30/09/2023					30/09/2022				
	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Outras despesas	Total	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Outras despesas	Total
Salários e encargos	-	(14.488)	-	-	(14.488)	-	(17.519)	-	-	(17.519)
Serviços contratados de terceiros	-	(6.630)	-	-	(6.630)	-	(12.658)	-	-	(12.658)
Ganho/(Perda) na alienação do ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	(126)	-	(126)
Amortizações	-	-	-	(11.259)	(11.259)	-	-	-	(11.259)	(11.259)
Ganho na transação tributaria	-	-	26.315	-	26.315	-	-	-	-	-
Ganho redução de passivo	-	-	12.567	-	12.567	-	-	-	-	-
Outras despesas	-	(4.125)	(9.461)	-	(13.586)	-	(3.620)	(17.098)	-	(20.718)
	-	(25.243)	29.421	(11.259)	(7.081)	-	(33.797)	(17.224)	(11.259)	(62.280)

	Consolidado									
	30/09/2023					30/09/2022				
	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Outras despesas	Total	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Outras despesas	Total
Salários e encargos	(195.805)	(35.027)	-	-	(230.832)	(166.852)	(33.586)	-	-	(200.438)
Serviços contratados de terceiros	(84.878)	(20.503)	-	-	(105.381)	(43.532)	(20.757)	-	-	(64.289)
Materiais	(23.152)	-	-	-	(23.152)	(33.783)	-	-	-	(33.783)
Ganho/(Perda) na alienação do ativo imobilizado	-	-	759	-	759	-	-	(106)	-	(106)
Avaliação valor justo	-	-	15.091	-	15.091	-	-	4.749	-	4.749
Amortizações	-	-	-	(23.059)	(23.059)	-	-	-	(23.059)	(23.059)
Ganho na transação tributaria	-	-	26.315	-	26.315	-	-	-	-	-
Ganho redução de passivo	-	-	12.567	-	12.567	-	-	-	-	-
Outras despesas	(26.027)	(23.574)	(9.455)	-	(59.056)	(26.373)	(7.814)	(16.832)	-	(51.019)
	(329.862)	(79.104)	45.277	(23.059)	(386.748)	(270.540)	(62.157)	(12.189)	(23.059)	(367.945)

28. Receitas e (despesas) financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
Receitas financeiras				
Outras receitas financeiras	-	-	-	378
Descontos obtidos	73	10	739	21
Juros ativos	-	21	(4)	70
Rendimentos aplicações financeiras	8	2	317	451
	81	33	1.052	920
Despesas financeiras				
Outras despesas financeiras	-	-	(4)	(104)
Descontos concedidos	-	(2)	(453)	(39)
Pis/Cofins receita financeira	-	-	132	(48)
Juros s/Tributos	(7.071)	(2.723)	(17.165)	(2.468)
Juros operações financeiras	(2.288)	(1.849)	(9.981)	(8.982)
	(9.359)	(4.574)	(27.471)	(11.641)
Receita / despesa líquida	(9.278)	(4.541)	(26.419)	(10.721)

29. Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos exercícios encerrados em 30 de setembro de 2023 e 30 de setembro de 2022 estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(33.318)	(83.785)	(42.131)	(115.201)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	11.328	28.487	14.325	39.168
Itens de conciliação para determinação da taxa efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial	(5.812)	(5.810)	-	13
Despesas indedutíveis	(2)	(67)	(16)	(82)
Contingência Trabalhista, Cíveis, Tributárias	-	(439)	-	(439)
Imposto de renda e contribuição social alíquota de 34% sem constituição de créditos tributários diferidos	(10.612)	-	(10.612)	-
Descontos de Transação tributária com PGFN	8.954	-	8.954	-
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferido de período anteriores (i)	16.555	(22.610)	16.555	(39.099)
Outras (adições) exclusões	-	(31.900)	18	63.316
Imposto de renda e contribuição social apurados	20.411	(32.339)	29.224	62.877
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	20.411	31.461	29.224	62.877
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	20.411	31.461	29.224	62.877
Alíquota efetiva	61%	-38,60%	69%	54,58%

(i) Companhia constituiu saldos de ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais de anos anteriores no montante de R\$ 16.555, para recompor o saldo de ativo fiscal utilizado na quitação de débitos tributários objeto de transação tributária junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (Nota 33.2)

A Companhia optou pela metodologia de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) com base no Lucro Real Anual para os exercícios de 2022 e 2023.

Os créditos e débitos tributários diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, entre a base fiscal de ativos e passivos, e seu respectivo valor contábil, e encontram-se distribuídos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Ativos				
Prejuízo fiscal e base negativa - (ii)	-	-	37.147	23.036
Prejuízo fiscal e base negativa - Transação Tributária (iii)	20.282	20.282	20.282	20.282
Provisão para contingências trabalhistas/cíveis/tributárias	1.668	1.668	1.668	1.668
Despesa de Amortização (Intangível - Vlr Justo)	8.931	5.104	8.931	5.104
Provisão de Impairment (Ativo Imobilizado e Intangível) HEFTOS	-	-	13.489	14.634
Despesas com Arrendamento Mercantil	182	152	952	759
Ativos contabilizados	31.063	27.206	82.469	65.483
Passivos				
Ganho na compra vantajosa (desagio) - Heftos	(20.715)	(20.715)	(20.715)	(20.715)
Valor Justo Propriedade para investimento	-	-	(5.613)	(1.615)
Diferimento Contas a Receber	-	-	(494)	(336)
Passivos contabilizados	(20.715)	(20.715)	(26.822)	(22.666)
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	10.348	6.491	55.647	42.817
Exercício				
		Controladora		Consolidado
	2023	10.358	33%	10.358
	2024	11.003	35%	40.739
	2025 em diante	9.703	31%	31.373
Total		31.063	100%	82.469
				100%

(ii) Créditos tributários das subsidiárias Heftos e ATInfra foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração que demonstram a possibilidade de realização total desses valores nos próximos anos, em virtude da geração de lucros tributáveis futuros ou utilização em processo de transação tributária.

(iii) A Companhia manteve os saldos de imposto de renda diferido sobre o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, pois pretende utilizar tais valores na sua integralidade no processo de transação tributária da sua subsidiária Heftos junto à PGFN.

30. Informação por Segmento**Critério de identificação dos segmentos operacionais**

A Companhia definiu a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia os seus negócios.

O saldo patrimonial de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e está segregado conforme abaixo:

	Consolidado		
	30/09/2023		
	Infraestrutura	Óleo e Gás	Financeiro
Ativo			
Ativo Circulante	144.088	97.246	3
Outros Ativos Não Circulantes	22.729	62.582	2.690
Investimentos e Propriedade para Investimentos	69.410	-	-
Imobilizado e Intangível	2.665	146.791	-
Total do ativo	238.892	306.619	2.693
Passivo			
Passivo circulante	116.519	130.447	945
Passivo não circulante	45.724	53.541	1.868
Patrimônio Líquido	69.854	146.294	105
Total do passivo	232.097	330.282	2.919
Receita	227.149	143.752	-
Custo	(202.600)	(127.262)	-
Despesas gerais e administrativas	(7.847)	(42.871)	(4)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(3)	753	-
Resultado financeiro	(6.526)	(10.226)	(221)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(3.378)	12.190	-
Lucro / prejuízo líquido do exercício	6.795	(23.663)	(226)

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros derivativos. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração.

A Companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos, conforme Instrução CVM nº 235/95.

Fatores de risco financeiro

Os principais riscos inerentes às operações da Companhia e a forma de controle e mitigação, quando aplicáveis, são assim descritos.

Risco de taxa de juros (risco de mercado)

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

Em 30 de setembro de 2023, a Companhia não apresentou exposição relevante ao risco de taxa de juros para que fosse apresentada uma análise de sensibilidade.

Riscos de liquidez

Risco de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia restringe sua exposição a riscos de créditos associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

32. Seguros

Em 30 de Setembro de 2023 a Companhia possuía diversas coberturas de seguro cobrindo diversos riscos, dentre eles riscos de property (incêndio), riscos de engenharia, responsabilidade civil, transporte de mercadorias e danos materiais a veículos e equipamentos próprios.

O seguro contra riscos de engenharia visa cobrir danos materiais à própria obra e o seguro de responsabilidade civil visa cobrir danos que o processo de execução das obras ocasione involuntariamente a terceiros.

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de revisão das informações contábeis intermediárias desta forma, não foram revisadas pelos auditores independentes.

33. Outras informações

33.1 AGO do dia 30/04/23

Na AGO do dia 30/04/23, foram tomadas as seguintes deliberações: (i) foram aprovadas as contas dos administradores, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) foi aprovada a proposta da Administração de destinação do prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$79.972.000,00 (setenta e nove milhões e novecentos e setenta e dois mil reais), à conta de prejuízos acumulados da Companhia. Tendo em vista que a Companhia apurou prejuízo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, não haverá distribuição de dividendos, nos termos da Lei nº 6.404 de 1976; (iii) rejeitada, a instalação do Conselho Fiscal, visando economia de caixa da Companhia; e (iv) foi aprovada fixação da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023 no valor global máximo de até R\$16.380.000,00 (dezesesseis milhões e trezentos e oitenta mil reais).

33.2 Deferimento da Transação Individual em 30 de maio de 2023

A AZEVEDO & TRAVASSOS S.A. procedeu a assinatura do termo de transação individual, firmado com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional Seccional de São Paulo, que tem a finalidade de redução e parcelamento dos débitos da Companhia incluídos no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS (Lei n.º 9.964/2000) e nas transações excepcionais celebradas anteriormente. Considerando que haverá necessidade de exclusão da Companhia do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, para apropriação dos pagamentos realizados ao longo desses anos (03/2000), os valores e benefícios auferidos pela Companhia serão informados oportunamente. Por fim, informamos que a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional concedeu o desconto máximo de 65% (sessenta e cinco) por cento, sendo o desconto aplicado de forma proporcional sobre os acréscimos legais (multa, juros e encargos), bem como a utilização de créditos de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa para amortização de até 70% (setenta) por cento do saldo remanescente.

33.3 Prorrogação do Prazo de Exercício dos Bônus de Subscrição.

Em 20 de junho de 2023 – A AZEVEDO & TRAVASSOS S.A. em reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de junho de 2023, foi aprovada, por unanimidade, a prorrogação do prazo do primeiro período de exercício dos Bônus de Subscrição da Companhia, originalmente exercíveis entre 02 de junho de 2023 e 30 de junho de 2023 (inclusive), de modo que os Bônus de Subscrição poderão ser exercidos por seus titulares (i) no período compreendido entre 02 de junho de 2023 e 1º de outubro de 2023 (inclusive) (“Primeiro Período de Exercício”); ou (ii) no período compreendido entre 31 de maio de 2024 e 28 de junho de 2024 (inclusive) (“Segundo Período de Exercício”).

33.4 Homologação de Aumento de Capital

Em 24 de Julho de 2023, o Conselho de Administração da Companhia homologou aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no valor de R\$ 55.920.210,17, mediante a emissão de 15.962.001 , sendo 5.320.667 ações ordinárias, pelo preço de emissão de R\$ 4,21 , e 10.641.334 ações preferenciais, pelo preço de emissão de R\$ 3,15, em decorrência do exercício de 5.320.667 bônus de subscrição atribuídos como vantagem adicional ao aumento de capital privado homologado em 05 de setembro de 2022.

Tendo em vista essa homologação, o capital social da Companhia passará de 294.515.651,73, dividido em 26.539.706 ações ordinárias, e 50.640.763 ações preferenciais, totalizando 77.180.469 para R\$ 350.435.861,90, dividido em 31.860.373 ações ordinárias, e 61.282.097 ações preferenciais, totalizando 93.142.470 ações.

33.5 Aumento do Capital

Em 28 de agosto de 2023, em reunião do Conselho de Administração realizada nesta data, foi aprovado (A) o Aumento de Capital (conforme definido abaixo) da Companhia e (B) a emissão de Bônus de Subscrição (conforme definido abaixo) como vantagem adicional aos subscritores de ações no âmbito do Aumento de Capital, em ambos os casos de forma privada e dentro do limite do capital autorizado da Companhia. (A) AUMENTO DE CAPITAL O Aumento de Capital foi aprovado pelo Conselho de Administração a ser realizado no montante de, no mínimo, R\$ 40.000.00 e, no máximo R\$ 215.000.001,34, mediante a emissão, para subscrição privada de, no mínimo, 4.751.706 ações ordinárias e 9.139.708 ações preferenciais (“Quantidade Mínima de Ações”), e no máximo 25.540.421 ações ordinárias e 49.125.933 ações preferenciais (“Quantidade Máxima de Ações”), respeitado o limite legal da proporção entre ações ordinárias e ações preferenciais, sendo todas nominativas, escriturais e sem valor nominal (“Ações”), admitida a subscrição parcial e a consequente homologação parcial do aumento de capital desde que seja verificada a subscrição de novas Ações correspondentes, no mínimo, à Quantidade Mínima de Ações, ao preço de emissão de R\$ 2,84 por ação ordinária e R\$ 2,90 por ação preferencial, fixado nos termos do artigo 170, § 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.” e “Aumento de Capital”, respectivamente).

33.6 Valores Homologados na Transação Individual

Em 14 de setembro de 2023 – A AZEVEDO & TRAVASSOS S.A. (“Companhia” ou “A&T”), em complemento ao fato relevante de 30 de maio de 2023, referente ao deferido de transação individual, firmado com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional Seccional de São Paulo, que teve por finalidade a redução e parcelamento dos débitos da Companhia incluídos no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS (Lei nº 9.964/2000) e nas transações excepcionais celebradas anteriormente, a Companhia apresentou os valores homologados nesse parcelamento. Nessas condições, com a aplicação dos benefícios concedidos pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional Seccional de São Paulo: (a) desconto máximo de 65% (sessenta e cinco) por cento, sendo o desconto aplicado de forma proporcional sobre os acréscimos legais (multa, juros e encargos); e (b) a utilização de créditos de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa para amortização de até 70% (setenta) por cento do saldo remanescente.

Assim, após a concessão dos descontos concedidos e a compensação dos créditos de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da CSLL, os débitos previdenciários no valor de R\$ 4.923 mil foram parcelados em 60 parcelas e os demais débitos no valor de R\$ 3.769 mil, foram parcelados em 120 parcelas.

33.7 Incorporação de Subsidiárias

Em 22 de junho de 2023 – A AZEVEDO & TRAVASSOS S.A. (“Companhia” ou “A&T”), em cumprimento ao disposto no parágrafo 4º do artigo 157 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, que aprovou em reunião do Conselho de Administração realizada em 22/06/2023 a incorporação da Azevedo e Travassos Petróleo (“ATP”), subsidiária integral para exploração de petróleo e gás no Brasil e no exterior, bem como a incorporação da Azevedo e Travassos Internacional (“AT Internacional”), subsidiária dedicada à expansão internacional da empresa e à gestão de recursos, contratos e oportunidades fora do país.

34 - Eventos subsequentes

34.1 Prorrogação do PPLE

Em 31 de agosto de 2023 que o D. Corregedor Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, acolhendo parecer opinativo do D. Juízo Auxiliar em Execução, decidiu favoravelmente ao pedido da Companhia de prorrogação, por mais 36 meses, do Plano Prévio de Liquidação das Execuções (PPLE) firmado em agosto de 2020.

34.2 Homologação de Aumento de Capital.

Em Reunião realizada em 04 de Outubro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia homologou aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado decorrente do primeiro período do exercício do bônus de subscrição compreendido entre 01.09.2023 e 02.10.2023, no valor de R\$ 5.748,97, mediante a emissão de 1.641 novas ações, sendo 547 ações ordinárias, pelo preço de emissão de R\$ 4,21 e 1.094 ações preferenciais, pelo preço de emissão de R\$ 3,15 (três reais e quinze centavos). (Esse aumento de capital social é decorrente do exercício do bônus de subscrição relacionado ao aumento de capital realizado pela Companhia em 2022).

34.3 Renúncia de Conselheiro

Em 25 de outubro de 2023 – A AZEVEDO & TRAVASSOS S.A., (“Companhia” ou “A&T”) comunicou ao mercado e aos seus acionistas que recebeu, a renúncia da Sr. Omar Tanus de Araujo Maluf ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia.

34.4 Prorrogação do Exercício de Sobras

Em 27 de Outubro de 2023 Conselho de Administração da Companhia prorrogou por mais 7 dias corridos o Exercício de Sobras (rateio de sobras) que teve início no dia 23 de outubro de 2023. Em decorrência dessa extensão do prazo, o período de sobras terá encerramento previsto para dia 07 de novembro de 2023, e a efetiva integralização das Sobras Adicionais no ambiente Itaú e no ambiente da Central Depositária de Ativos da B3 ocorrerá no dia 14 de novembro de 2023.

Azevedo & Travassos

Telefone: +55 (11) 3973-7787 - Ramal 500

E-mail: investidores@azevedotravassos.com.br

